

A participação portuguesa nos Sétimos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária em 1963: a defesa no Brasil da política ultramarina portuguesa em tempos de descolonização

Portuguese participation in the Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria in 1963: the defense in Brazil of Portuguese overseas policy in times of decolonization

Participation portugaise aux Septièmes Congrès Internationaux de Médecine Tropicale et de Paludisme en 1963: la défense au Brésil de la politique extérieure portugaise à l'époque de la décolonisation

Ewerton Luiz Figueiredo Moura da Silva

Pesquisador de Pós-Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e bolsista FAPESP (Processo nº 2023/04027-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)
ewertonfigueiredo@alumni.usp.br

Resumo

Este artigo visa abordar o relacionamento entre médicos tropicalistas portugueses e brasileiros no contexto da luta pela descolonização dos territórios portugueses em África, tendo como objeto de análise a participação lusitana nos Sétimos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária, ocorridos em setembro de 1963 na cidade do Rio de Janeiro. No início da década de 1960, iniciou-se a guerra contra o domínio colonial português em Angola e Portugal, cada vez mais isolado na ONU, era alvo de pressões internacionais por não reconhecer o princípio de autodeterminação dos povos nas suas colónias. Nesse período também ocorreu um ponto de inflexão importante na postura oficial do Brasil: o pleno apoio à causa ultramarina de Lisboa, manifesto nos anos 1950, cedeu lugar à postura mais crítica diante do colonialismo a partir das presidências de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Todavia, para o regime autoritário de Salazar, que havia elegido o lusotropicalismo de Gilberto Freyre como a base teórica da política externa orientada por Lisboa, o realinhamento do Brasil com Portugal na questão colonial era esperado. Neste contexto, decorreram os Congressos de Medicina Tropical e Malária de 1963. Através do levantamento e da análise de um corpus documental – constituído por trabalhos publicados nos anais dos congressos, jornais da colónia portuguesa domiciliada no Brasil, correspondências e relatórios recebidos pelo Ministério do Ultramar – procuro demonstrar como o contacto entre médicos brasileiros e portugueses contribuiu para que o congresso de 1963, além de importante fórum de debates técnico-científicos, fosse usado, também, como um espaço para promover a “missão civilizadora” que Portugal afirmava desempenhar em África e Ásia, numa altura em que cresciam as críticas contra o colonialismo português. Assim, este

<https://doi.org/10.25761/anaisihmt.483>

artigo original, ao abordar a dimensão do uso político de um congresso médico, visa oferecer um contributo para a historiografia da medicina tropical e para o eixo temático desta edição dos Anais do IHMT – *One Health*: novas abordagens históricas em contexto de COVID-19.

Palavras-chave: Sétimos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária, colonialismo, lusotropicalismo, Portugal-Brasil-África, medicina tropical.

Abstract

This article aims to address the relationship between Portuguese and Brazilian tropicalist doctors in the context of the struggle for decolonization of Portugal's territories in Africa, having as its object of analysis the Portuguese participation in the Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria, in September 1963 in Rio de Janeiro. At the beginning of the 1960s, the war began against Portuguese colonial rule in Angola and Portugal, increasingly isolated in the UN, was the target of international pressure for not recognizing the principle of self-determination of the people in its colonies. During this period, an important turning point also occurred in Brazil's official stance: full support for Lisbon's overseas cause, manifested in the 1950s, gave way to a more critical stance towards colonialism following the Quadros's and Goulart's governments. However, for Salazar's authoritarian regime, which had chosen Gilberto Freyre's lusotropicalism as the theoretical basis of foreign policy guided by Lisbon, the realignment of Brazil with Portugal on the colonial issue was expected. In this context, the Congresses on Tropical Medicine and Malaria took place. Through the survey and analysis of a documentary corpus – consisting of works

published in the annals of congresses, newspapers from the Portuguese colony domiciled in Brazil, correspondence and reports received by the Ministry of Overseas – I seek to demonstrate how contact between Brazilian and Portuguese doctors contributed to the 1963 congress, in addition to being an important forum for technical-scientific debates, was also used as a space to promote Portugal’s “civilizing mission” that Portugal claimed to carry out in Africa and Asia, at a time when criticism against Portuguese colonialism was growing. Thus, this original article, by addressing the dimension of the political use of a medical congress, aims to offer a contribution to the historiography of tropical medicine and the thematic axis of this edition of the Annals of IHMT – One Health: new historical insights after pandemics.

Keywords: Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria, colonialism, lusotropicalism, Portugal-Brazil-Africa, tropical medicine.

Résumé

Cet article vise à aborder la relation entre les médecins tropicaux portugais et brésiliens dans le contexte de la lutte pour la décolonisation des territoires portugais en Afrique, ayant pour objet d’analyse la participation portugaise aux Septièmes Congrès International de Médecine Tropicale et de Paludisme, tenus à Septembre 1963 à Rio de Janeiro. Au début des années 1960, la guerre contre la domination coloniale portugaise a commencé en Angola et le Portugal, de plus en plus isolé au sein de l’ONU, a été la cible de pressions internationales pour ne pas reconnaître le principe de l’autodétermination des peuples de ses colonies. Au cours de cette période, un tournant important s’est également produit dans la position officielle du Brésil: le soutien total à la cause étrangère de Lisbonne, manifeste dans les années 1950, a cédé la place à une position plus critique à l’égard du colonialisme après les présidences de Jânio Quadros (1961) et João Goulart (1961-1964). Cependant, pour le régime autoritaire de Salazar, qui avait choisi le lusotropicalisme de Gilberto Freyre comme base théorique d’une politique étrangère guidée par Lisbonne, le réaligement du Brésil avec le Portugal sur la question coloniale était attendu. C’est dans ce contexte qu’ont eu lieu les Congrès de Médecine Tropicale et Paludisme de 1963. À travers l’enquête et l’analyse d’un corpus documentaire – composé d’ouvrages publiés dans les actes de congrès, de journaux de la colonie portugaise domiciliée au Brésil, de correspondance et de rapports reçus par le ministère des Outre-mer – je cherche à démontrer comment les contacts entre médecins brésiliens et portugais ont contribué au congrès de 1963, en plus d’être un forum important de débats technico-scientifiques, et également utilisé comme

espace pour promouvoir la “mission civilisatrice” que le Portugal prétendait accomplir en Afrique et en Asie, une époque où les critiques contre le colonialisme portugais se multipliaient. Ainsi, cet article original, en abordant la dimension de l’usage politique d’un congrès médical, vise à offrir une contribution à l’historiographie de la médecine tropicale et à l’axe thématique de cette édition des Annales de l’IHMT – One Health: nouvelles approches historiques en le contexte du COVID-19.

Mots-clés: Septièmes Congrès Internationaux de Médecine Tropicale et de Paludisme, colonialisme, lusotropicalisme, Portugal-Brésil-Afrique, médecine tropicale.

Um Congresso de Medicina Tropical em pleno contexto de descolonização

Entre os dias 1 e 11 de setembro de 1963, o Hotel Glória, no Rio de Janeiro, recebeu mais de 1.000 participantes para a realização dos Sétimos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária. Tratava-se da quarta reunião desse evento desde o final da Segunda Guerra Mundial, na sequência dos congressos ocorridos em Washington (1948), Istambul (1953) e Lisboa (1958). Tais fóruns internacionais contribuíram para promover a circulação de conhecimentos sobre temas centrais nas regiões tropicais do planeta, como a subnutrição e a incidência de doenças parasitárias e infecciosas – problemas agravados pela pobreza, pela fome e pelas precárias condições de saneamento e habitação. Aliás, a identificação do contexto socioeconômico com a gênese das doenças tropicais foi apontada por Wilson Fadul, Ministro da Saúde do Brasil, durante a cerimônia de abertura dos Congressos de 1963, quando propôs a mudança do nome do evento para “Congresso das Doenças do Subdesenvolvimento”:

O Rio de Janeiro é tipicamente uma cidade tropical. Quem, entretanto, em Copacabana, e em zonas residenciais semelhantes, sofre as chamadas doenças tropicais?

[...] Serenamente convencidos de que as deficiências de saúde que afetam os habitantes das regiões não resultam necessariamente da situação climática, porém das terríveis contingências decorrentes do subdesenvolvimento em que vivem, e confiante nos mais sinceros propósitos de todos os que aqui se encontram

de procurar os meios de melhorar as condições de vida de todos os povos, manifesto a esperança de que, no futuro, os congressos de Medicina Tropical e Malária sejam intitulados, com maior propriedade, Congresso das Doenças do Subdesenvolvimento [1].

O contexto geopolítico no início da década de 1960 ficou marcado pelo desenrolar do movimento anticolonialista e pela dissolução dos impérios coloniais europeus. Em 1960, dezassete recém-independentes países africanos – como Senegal, Gabão e Nigéria – tornaram-se Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), fortalecendo o grupo afro-asiático em defesa do princípio de autodeterminação dos povos e da luta contra o colonialismo [2].

Entende-se por colonialismo a dominação institucionalizada de um Estado sobre povos pertencentes a civilizações diversas e geograficamente distantes [3]. Entre os colonialismos europeus, destaca-se aqui o português. Portugal foi aceite como Estado-membro das Nações Unidas em 1955 e, quatro anos antes, em 1951, o governo português passou a negar oficialmente a existência de um império colonial administrado a partir de Lisboa ao declarar que seus territórios nos continentes africano e asiático constituíam “províncias ultramarinas” integradas no espaço português na Europa e ilhas adjacentes (Açores e Madeira), formando um Estado uno e pluricontinental, e não mais como meras colónias subordinadas à uma metrópole colonial [4]. À luz desta perspectiva, o longínquo Timor seria um território tão português quanto o Minho.

Durante a década de 1950, especialmente no governo Kubitschek (1956-1961), a posição oficial do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas era de solidariedade com a política ultramarina lusitana [5]. Tanto que, em fevereiro de 1957, o representante brasileiro na Assembleia Geral declarou:

Portugal is a unitary republic with overseas provinces which are an integral part of the republic and cannot be termed Non-Self-Governing Territories. The facts are there: such is the country's institutional structure. Portugal was and is a single and indivisible entity which includes all its provinces, the provinces on the continent of Europe, the adjacent islands and the provinces beyond the seas [6].

Naqueles anos, e por meio de suas obras como *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953) e *O luso e o trópico* (1963), o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre

defendeu o termo lusotropicalismo para assinalar a predisposição dos portugueses para a aclimação, miscigenação e a interpenetração de valores e costumes nos trópicos [7]. No entanto, Freyre foi acusado de mitificar o colonialismo português ao enaltecer a força da miscigenação quando os dados oficiais mostravam o contrário, pois, depois de séculos de colonização portuguesa em África, a miscigenação era praticada em escala mínima: nos anos 1950, a população total de Moçambique atingia os 5.732.317 habitantes e os assimilados – como eram chamados os elementos da população local que aderiram aos costumes e à língua do colonizador – correspondiam a apenas 4.349 pessoas. Tal desequilíbrio repetia-se na Guiné, onde os assimilados eram 1.478 em 510.777 habitantes e, em Angola, cuja população era de 4.145.266 habitantes, os assimilados eram 30.089 pessoas [8].

Apesar das críticas, o lusotropicalismo freyriano constituiu a base teórica da política externa orientada por Lisboa face às críticas internacionais despertadas pelo posicionamento português em não aceitar a autodeterminação de suas colónias. Considerado o símbolo maior do engenho colonizador lusitano, o apoio oficial do Brasil a Portugal na questão ultramarina era esperado pelo regime salazarista [9].

Contudo, esse apoio ficou mais difícil com o início da década de 1960. No ano de 1961, quando Jânio Quadros chegou à Presidência do Brasil, teve início à luta armada contra os colonizadores lusos em Angola, os territórios sob soberania portuguesa no subcontinente indiano – Goa, Diu e Damão – foram ocupados por forças militares da União Indiana e cresceram as pressões nas Nações Unidas para que Portugal aceitasse a descolonização de suas possessões ultramarinas. O governo chefiado por António de Oliveira Salazar respondeu com a mobilização de efetivos militares para a guerra em Angola, conflito mais tarde estendido para a Guiné, em 1963, e Moçambique, em 1964 [10].

A política externa brasileira nesse período, sob as presidências de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), procurou traçar um caminho autónomo, tendo em vista os interesses económicos nacionais, num mundo dividido pela Guerra Fria [11]. O governo Quadros enfatizou o direito dos povos à autodeterminação, buscou a aproximação comercial com os Estados africanos e procurou distanciar-se das posições defendidas pelo regime salazarista. Com a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, João Goulart assumiu a Presidência do Brasil e manteve a posição anticolonialista adotada pelo seu antecessor [12].

Em 31 de julho de 1963, o Conselho de Segurança, órgão com poder decisório dentro da ONU, discutiu e aprovou uma resolução, cujo excerto apresento a seguir, contrária aos interesses do governo português:

2. Affirms that the policies of Portugal in claiming the Territories under its administration as “overseas territories” and as integral parts of metropolitan Portugal are contrary to the principles of the Charter and the relevant resolutions of the General Assembly and of the Security Council;

[...] 6. Requests that all States should refrain forthwith from offering the Portuguese Government any assistance which would enable it to continue its repression of the peoples of the Territories under its administration and take all measures to prevent the sale and supply of arms and military equipment for this purpose to the Portuguese Government [13].

A resolução foi aprovada por oito votos favoráveis – Brasil, China, Filipinas, Gana, Marrocos, Noruega, União Soviética e Venezuela – e três abstenções – Estados Unidos, Reino Unido e França. Por meio deste documento, percebe-se uma clara mudança no posicionamento oficial do governo brasileiro: o apoio manifesto ao argumento sustentado pelo regime salazarista cedeu lugar a uma postura crítica e na contramão da tese de que Portugal não possuía colônias ou territórios não autônomos, mas sim províncias de além-mar perfeitamente integradas ao território europeu.

A contextualização desse período é fundamental para que possamos compreender a participação portuguesa nos Congressos de 1963. Mas antes de abordá-la propriamente, julgo necessário discorrer sobre os contactos entre médicos tropicalistas brasileiros e portugueses às vésperas dos referidos Congressos.

Contacto médico-científico luso-brasileiro às vésperas dos Congressos de 1963

Nos meses de abril e maio de 1963, João Fraga de Azevedo – professor na cadeira de Entomologia e Helmin-tologia do Instituto de Medicina Tropical de Lisboa, ex-diretor do referido instituto e um “partidário fervoroso” do intercâmbio científico, como se autodenominou em 1945 [14] – proferiu uma série de preleções nas cidades brasileiras de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Suas palestras versaram sobre os problemas biológicos e médicos do homem nos trópicos, a contribuição portuguesa para o conhecimento da medicina tropical e

a ação médica e cultural dos portugueses nos trópicos. Mais tarde, esse conjunto de conferências foi publicado num livro intitulado *O homem nos trópicos. Aspectos bioecológicos* (1964). Na conferência realizada no Gabinete Português de Leitura, em Salvador, Fraga de Azevedo teceu uma narrativa mitificadora acerca da história da medicina lusitana ao redor do mundo, pautada exclusivamente em valores humanistas e altruístas, na qual os portugueses tudo deram, sem nada receber ou exigir dos povos subjugados:

Desta forma, já nos séculos XVI, XVII e XVIII, Portugal fazia por todo o Mundo uma verdadeira ocupação sanitária, dando o que sabia aos povos para melhorarem a sua saúde sem nada lhes pedir em troca.

E, assim, destacam-se, lá muito longe, médicos consagrados, pontificando na ação portuguesa ultramarina, estudando os problemas locais, aplicando as doutrinas e princípios conhecidos, fundando hospitais, misericórdias, leprosas, orfanatos e outros estabelecimentos de medicina e de assistência, lançando verdadeiramente as bases duma ação que se apresenta sempre do mais alto significado altruísta [15].

A convite de Aloísio Prata, professor catedrático de Doenças Tropicais e Infeciosas da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, Fraga de Azevedo ainda proferiu preleções na Fundação Gonçalo Moniz e no Centro de Estudos Afro-Orientais. Em Pernambuco, o médico português realizou conferências no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais do Recife e, no Rio de Janeiro, foi homenageado na Universidade do Brasil [15].

A colaboração com os médicos brasileiros levou a outra iniciativa: os preparativos para a realização de um simpósio luso-brasileiro sobre bilharziose (esquistossomose), em Luanda. Tal projeto foi promovido pela Revista Médica de Angola, que publicou a justificativa para o encontro:

A Bilharziose é ainda um flagelo em Angola, como o é, de resto, em muitas outras terras do Continente Africano, da Ásia, da América do Sul e até da Europa.

[...] Mas a Bilharziose, como entidade nosológica, tem também muitos problemas que merecem estudo e revisão. A terapêutica e epidemiologia da doença, a biologia do Schistosoma, a ecologia dos moluscos vetores e sua distribuição, são uns tantos Aspectos desses problemas, sempre cheios de interesse, para médicos e sanitaristas, indistintamente.

A medicina brasileira pode ensinar-nos muito acerca destes temas pois tem produzido, nestes últimos anos, variados e minuciosos trabalhos de investigação a eles respeitantes. Tem experiência e opinião própria sobre o combate à doença, que no Brasil também grassa endemicamente [16].

Em 14 de maio de 1963, com os preparativos para o evento em curso, o governo de Angola pediu ao Ministério do Ultramar para que a iniciativa dos médicos fosse analisada pelo Gabinete dos Negócios Políticos [17]. O referido Gabinete foi instituído em 1959 com a função de obter informações e emitir pareceres que auxiliassem a atividade administrativa do Ministério do Ultramar [18].

O parecer, emitido pelo Gabinete em 28 de junho, continha a seguinte orientação:

Informa-se que este Gabinete concorda com a realização do Simpósio, mas julga conveniente chamar-se a atenção do Governo Geral de Angola para a possibilidade de o mesmo vir a ser utilizado por elementos que desejam, relevantemente, por em destaque as relações ou as afinidades entre Angola e o Brasil, relegando para o segundo plano as verdadeiras relações luso-brasileiras que convém defender.

[...] Como precisamente o que está em causa é o aproveitamento do Simpósio para a política de relações luso-brasileiras e para a defesa, no Brasil, da política ultramarina portuguesa, haverá que, conforme exposto, solicitar a melhor atenção do Governo Geral de Angola [19].

Através deste documento, é possível inferir que havia intenções políticas em utilizar as relações médico-científicas luso-brasileiras para promover a política ultramarina portuguesa no Brasil, num momento em que o governo brasileiro buscava se distanciar do apoio anteriormente prestado ao colonialismo português em África.

O simpósio teria a participação de nomes como João Fraga de Azevedo e Fernando Cruz Ferreira, vinculados ao Instituto de Medicina Tropical, Fernando Moura Pires, do Instituto de Investigação Médica de Angola e, do lado brasileiro, Luigi Bogliolo, da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, e Aloísio Prata [20]. Por se tratar de um evento médico, a questão do simpósio também recebeu a atenção da Direção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar, organismo que fazia parte da estrutura do ministério

e era responsável por todos os assuntos de saúde nos territórios de além-mar. Seu diretor-geral, Joaquim Ferreira da Silva, manifestou-se contrário à realização do evento, pois entendia que sua repercussão seria limitada. Sendo assim, mais oportuno seria direcionar a divulgação das contribuições científicas portuguesas para o congresso de medicina tropical que ocorreria no Brasil, a fim de que pudesse ter maior visibilidade internacional:

Parece por isso que de conformidade, se pode julgar sem qualquer vantagem, a reunião promovida pela Revista Médica de Angola, porque não passará de simples reunião académica, sem qualquer resultado prático e que implica despesa.

Acresce que vai ter lugar em setembro o Congresso de Medicina Tropical no Rio de Janeiro, onde o assunto será também ventilado, e onde os técnicos encarregados apresentarão as conclusões resultantes dos dois últimos anos de estudo no campo da bilharziase.

Nestes termos a esta Direção Geral a realização do Simpósio parece inconveniente [20].

Não identifiquei qualquer evidência que atestasse a realização desses simpósios em Angola. No entanto, no Rio de Janeiro, os representantes portugueses procuraram enfatizar as contribuições do país no terreno da medicina tropical e o cuidado com a saúde das populações nas possessões africanas e nos territórios de Timor e Macau.

Os portugueses nos Sétimos Congressos de Medicina Tropical e Malária

Em outubro de 1963, o chefe da delegação portuguesa nos Sétimos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária, Joaquim Ferreira da Silva, redigiu um relatório destinado ao Ministro do Ultramar, António Peixoto Correia, acerca dos resultados alcançados por sua delegação no Brasil. Através desse documento, abaixo apresentado, é possível notar que havia uma intencionalidade, não apenas em comunicar trabalhos técnicos, mas, também, de responder às críticas internacionais movidas contra Portugal ao mostrar o cuidado com a saúde das populações locais como um elemento central da “missão civilizadora” que os portugueses afirmavam desempenhar no ultramar.

Tivemos oportunidade, através dos trabalhos que apresentamos, de marcar claramente a nossa posição

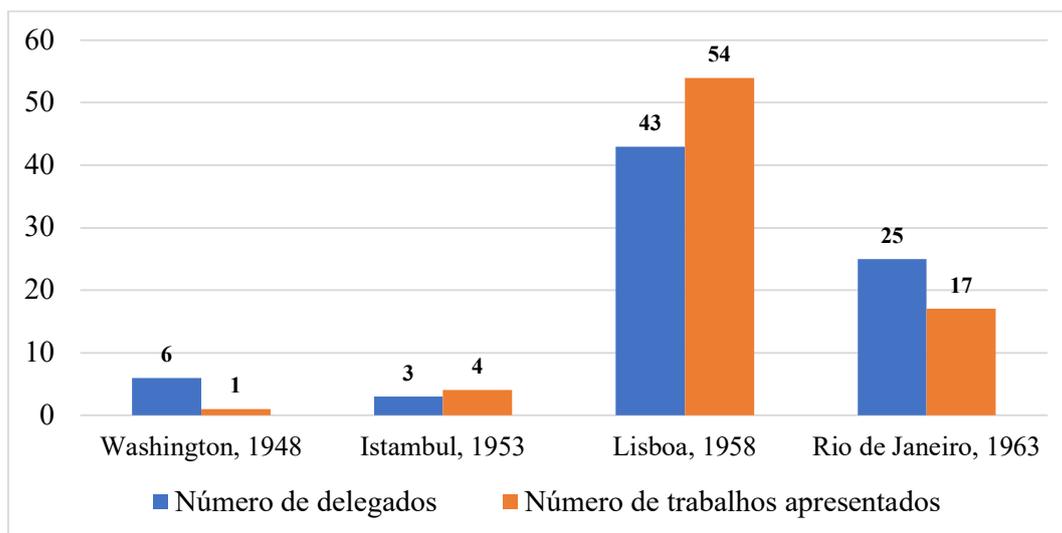
no Ultramar e do mesmo passo dar a conhecer as nossas atividades no campo da medicina, da ciência, da técnica e da investigação, situações em que foi devidamente apreciada a nossa presença no Ultramar e naqueles Congressos.

Tivemos ainda a oportunidade de esclarecer aquela magna assembleia de técnicos, dos meios de que dispomos, para que conhecessem do modo como assumimos as responsabilidades inerentes à nossa tradicional missão de povo civilizador no legítimo sentido de ampararmos e defendermos das causas das doenças as populações das nossas províncias ultramarinas [21].

Evidentemente, a atmosfera internacional suscitada pelo problema colonial não era ignorada pelos membros da delegação portuguesa. Prova disso consta no

Para o Rio de Janeiro, Portugal enviou a terceira maior representação estrangeira, a seguir às delegações dos Estados Unidos e da Argentina, composta por 25 membros destacados no Instituto de Medicina Tropical de Lisboa, no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, no Instituto de Investigação Médica de Angola e por representantes de todas as chamadas províncias ultramarinas [1]. Tendo em conta a participação de Portugal nas quatro edições dos Congressos de Medicina Tropical e Malária desde o final da Segunda Guerra Mundial, o evento no Rio de Janeiro registou a segunda maior participação portuguesa – em número de delegados oficiais e comunicações apresentadas – atrás apenas da presença assinalada nos congressos sediados em Lisboa, em setembro de 1958, conforme expresso no gráfico 1:

Gráfico 1: Participação de Portugal nos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária, 1948-1963 [22], [23], [24], [1]



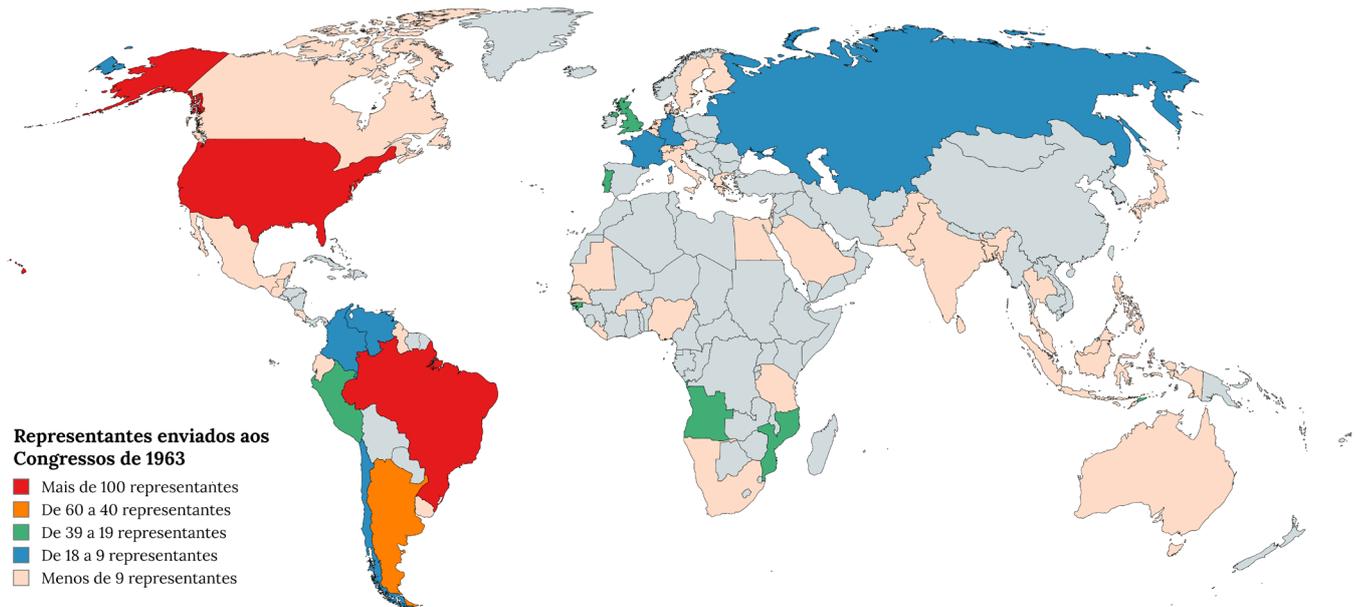
mesmo relatório, quando Ferreira da Silva manifestou os cuidados tomados com a imprensa no Brasil de modo a evitar situações desgastantes para a imagem de Portugal:

Foram prevenidos todos os membros da delegação do procedimento a adotar em todas as circunstâncias, mormente nas suas relações com a imprensa que nos perseguiu constantemente com pedidos de esclarecimentos e entrevistas.

Para evitar toda e qualquer intervenção desagradável neste pormenor, deu o signatário uma entrevista ao jornal “Voz de Portugal” [21].

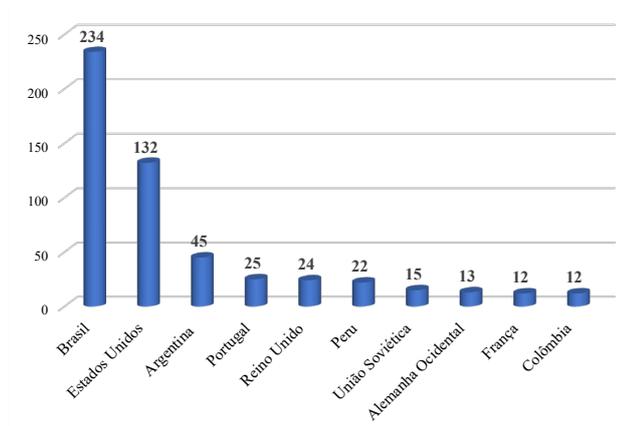
Ao todo, foram cerca de 60 governos oficialmente representados nos Congressos de 1963 – além de agências internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Em relação ao número de delegados, o destaque coube aos países americanos com 488 representantes, seguidos por países europeus (99 delegados), asiáticos (44 delegados), africanos (24 delegados) e oceânicos (3 delegados). Em seguida, apresento um mapa com os países e territórios não autónomos oficialmente representados no evento sediado no Rio de Janeiro.

Mapa 1: Países e territórios não autónomos representados nos Congressos de 1963 [1]



A seguir, no gráfico 2, as dez maiores delegações enviadas aos Congressos.

Gráfico 2: Número de representantes nas dez maiores delegações presentes nos Congressos de 1963 [1]



Conferir destaque à delegação portuguesa interessou também a alguns médicos brasileiros. Em fevereiro de 1962, durante os preparativos para o evento, José Rodrigues da Silva, professor catedrático de Clínica de Doenças Tropicais e Infeciosas da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil e Presidente dos Congressos, escreveu a Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, pedindo-lhe que intercedesse a fim de conseguir de Salazar a libertação dos recursos materiais necessários para que Fraga de Azevedo pudesse participar das reuniões internacionais que definiriam os temas discutidos nos Congressos, com o propósito de garantir um ambiente favorável aos representantes portugueses no evento que ocorreria no Rio de Janeiro:

É de máxima importância que Portugal se faça representar condignamente nesse conclave, mesmo porque tendo sido o país anfitrião em 1958, deu então grande demonstração de interesse pela matéria, tal a perfeição com que promoveu os Congressos.

Ocorre que, antes dos Congressos de 1963, deverão realizar-se a 27 de março e a 30 de março do ano corrente, em Paris e Genebra, duas reuniões do Comité Internacional, a cujo cargo está a preparação dos Congressos.

[...] Será pois, do mais alto proveito para os interesses de Portugal, que o Prof. Fraga de Azevedo compareça a essas reuniões de modo a poder defender uma posição de destaque para Portugal, já na escolha dos assuntos, já na eleição dos relatores e correlatores que comporão os Congressos. Devo acrescentar mesmo que, dada a experiência que teve o Prof. Fraga de Azevedo na realização dos Sextos Congressos, o seu comparecimento às reuniões de Paris e Genebra será da mais alta valia, inclusive para o sucesso geral dos Sétimos Congressos [25].

Embora não tenha comparecido a todas as reuniões do Comité, o cientista português participou da Quarta Reunião do Comité Internacional Interino Organizador dos Congressos, ocorrida em Paris no dia 11 de março de 1963. Conforme registado no relatório enviado ao Ministério do Ultramar a propósito dessa participação, Fraga de Azevedo procurou garantir a presença de portugueses nos postos-chaves do evento – como presidentes das seções temáticas, vice-presidentes e relatores das subseções [26]. A exemplo dis-

so, João Cândido de Oliveira, vinculado ao Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, tornou-se presidente da “Seção III - Infecções Bacterianas e Micóticas”, João Tendeiro, professor na cadeira de Parasitologia e Entomologia dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique, e Guilherme Jorge Janz, professor na cadeira de Higiene, Climatologia e Geografia Médica do Instituto de Medicina Tropical, tornaram-se, respectivamente, relatores das subseções “Aspetos Entomológicos da Oncocercose e Outras Filarioses” e “Nutrição e Alterações Sanguíneas” [1].

De acordo com Fraga de Azevedo, ele próprio um dos vice-presidentes da Divisão de Medicina Tropical dos Congressos, a presença de portugueses nos altos quadros do evento, somada ao número de delegados e aos trabalhos apresentados, proporcionaria a Portugal o prestígio científico necessário no campo da medicina tropical para lutar pela preservação dos domínios ultramarinos – ameaçada com a eclosão de conflitos armados pela independência em Angola e na Guiné – como admitiu confidencialmente:

Creio, na verdade, que na luta que foi imposta ao País, a guerra se trava em todos os campos e, sem dúvida alguma, com destaque especial no campo científico. [...] Parece-me, pois, que devemos estar presentes em todas as competições onde haja que fazer realçar a posição de Portugal e, se nalgum setor de caráter científico essa posição tem de ser evidenciada, é justamente no da Medicina Tropical, dadas as grandes e inalienáveis responsabilidades que as circunstâncias de momento impõem ao País em todos os setores respeitantes aos trópicos [26].

No seu estudo sobre os Quartos Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Malária, sediados em Washington, em 1948, Julia Wells salientou que os congressistas evitaram temas políticos em suas comunicações. No entanto, a mesma autora reconheceu que isto não significou a total dissociação daquele evento com o contexto geopolítico do início da Guerra Fria, manifesto na ausência de delegados soviéticos num fórum internacional patrocinado pelo governo dos Estados Unidos [27].

Nas comunicações que apresentaram durante os congressos no Rio de Janeiro, os médicos portugueses também procuraram se esquivar de questões políticas e não houve qualquer menção direta à guerra no ultramar ou às crescentes críticas ao colonialismo português na ONU. Todavia, as entrelinhas desse

contexto puderam ser percebidas na forma como a delegação portuguesa foi apresentada. Nova Caledônia e Guiana, na época possessões controladas por franceses e britânicos, respectivamente, enviaram delegações separadas das suas metrópoles. O mesmo não ocorreu com territórios sob controle português. A delegação de Portugal era uma composição de representantes dos institutos científicos sediados em Lisboa com representantes das “províncias” de Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor [1]. Tal arranjo refletia a tese sustentada pelo regime salazarista, e refutada pela ONU, de que Portugal constituía um Estado multirracial e pluricontinental.

Dos 25 delegados portugueses, 9 estavam associados a institutos científicos sediados na metrópole – como foi o caso de Fraga de Azevedo, membro do Comité Internacional, que apresentou uma comunicação sobre a doença do sono – e 16 eram provenientes do ultramar. Alguns desses médicos estavam vinculados ao Instituto de Investigação Médica de Angola, criado em 1951, ou às missões de combate de endemias em Timor, Guiné e Cabo Verde, criadas no decorrer das décadas de 1940-1950, sob a tutela do Instituto de Medicina Tropical de Lisboa, no contexto dos esforços do Estado Novo para ampliar a sua presença nas colônias por meio dos serviços de saúde [28, 29].

As comunicações apresentadas foram publicadas nos Anais dos Congressos e no Livro de Resumos. Os portugueses foram responsáveis pela autoria de 17 trabalhos publicados nestes livros, a maioria relatou ações em campo para o controle de doenças endêmicas, como: um estudo sobre simulídeos, insetos vetores da oncocercose, na Guiné [30]; uma comunicação sobre a distribuição de parasitoses intestinais em Angola, com destaque para a ancilostomíase e a ascaridíase [31]; e uma investigação sobre a endemia de malária em Timor, ressaltando as principais espécies de anofelinos na ilha e as mais frequentes estirpes de parasitas que infetavam a população [32]. Tais estudos procuraram evidenciar a ocupação científica dos territórios coloniais através do mapeamento das principais endemias e da classificação sistemática dos insetos vetores de doenças.

A Diamang (Companhia de Diamantes de Angola) era uma companhia majestática voltada para a exploração diamantífera no distrito de Lunda, nordeste de Angola, e mantinha os seus próprios serviços de assistência médica, em geral mais aparelhados em comparação com os seus congêneres estatais. Por esta razão, Jorge Varanda

salientou o uso dos serviços de saúde da Diamang pelo regime salazarista para projetar o colonialismo português em fóruns internacionais [33]. Neste ponto, os Congressos de 1963 não foram exceção e a Diamang participou do encontro no Rio de Janeiro por intermédio de seus médicos, como José David, médico-chefe dos serviços de saúde da companhia, que escreveu:

Os serviços de saúde da Companhia de Diamantes de Angola ocupam-se da assistência sanitária territorial, organizada à base de nove setores, dispondo de 98 formações fixas. Equipas móveis fazem cobertura total, focando diversos objetivos: rastreio de transporte de doentes e grávidas; quimioprofilaxia antipalúdica; distribuição de suplementos alimentares a grávidas e puérperas [34].

Além de sublinhar os cuidados com a saúde das populações no ultramar como elementos primordiais da presença portuguesa naqueles territórios, os médicos também procuraram responder aos movimentos anti-coloniais traçando comparações favoráveis a Portugal entre as condições sanitárias reportadas nas colônias portuguesas e as situações no âmbito da saúde verificadas em países que haviam obtido suas independências políticas após 1945. Neste sentido, destaco o trabalho apresentado pelo médico Artur Torres Pereira sobre a cólera em Macau. Em 1961, a partir da ilha de Celebes, na Indonésia, irrompeu a epidemia de cólera El Tor no sudeste asiático [35] e o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana enviou o médico Torres Pereira para avaliar se a cepa El Tor do *Vibrio cholerae* era endêmica na colônia portuguesa localizada no sul da China. Depois de identificar a cepa em poucas amostras coletadas na água do esgoto e nos excrementos humanos recolhidos nas fossas, o autor inferiu que as medidas tomadas pelas autoridades portuguesas contra a doença – como a vacinação compulsória e o tratamento da água consumida pela população – determinaram a ausência da endemia de cólera em Macau [36]. Embora com proporções demográficas e territoriais absolutamente desiguais, Torres Pereira comparou a situação verificada em Macau com a disseminação da doença em lugares como Paquistão, Indonésia, Filipinas e Índia – país que havia anexado há menos de dois anos os territórios de Goa, Diu e Damão:

We believe that these two measures – compulsory vaccination and safe water supply – coupled with early diagnosis, isolation and correct

treatment of patients, must have been among the most important reasons for the absence of endemic disease in Macao's particularly closed community.

The disease is endemic in Indonesia and the Philippines (El Tor cholera), and especially in India and Pakistan (*Vibrio cholerae*) because the authorities have not succeeded in developing the above mentioned measures and making them extensive to the entire population [36].

Contudo, a participação portuguesa não ficou restrita ao conhecimento dos auditórios seletos dos Congressos. O estudo de Heloísa Paulo demonstrou que, para preservar os laços com a terra natal, a colônia portuguesa no Brasil manteve uma atitude de reverência com o Estado português [37]. Todavia, a guerra em África e a presença no Brasil de expoentes da oposição ao regime autoritário comandado por Salazar – como Humberto Delgado e Henrique Galvão – acirraram as tensões no seio da colônia entre os apoiadores e os opositores do Estado Novo [38]. Assim, Joaquim Ferreira da Silva, em entrevista concedida ao jornal *Voz de Portugal*, destacou o papel da assistência médica em terras de além-mar buscando mobilizar o apoio dos imigrantes residentes no Brasil à causa ultramarina defendida pelo regime:

A situação de Portugal Ultramarino no âmbito da medicina tropical e malária é das mais privilegiadas. Com efeito, foram as doenças tropicais e a malária desde todo o sempre uma das nossas preocupações no Ultramar e daí o oferecemos, desde todo o sempre, medicina às populações através de um magnífico armamento sanitário que muito nos honra, podendo mesmo afirmar-se hoje, que toda a população no Ultramar português beneficia de uma assistência salvadora, bem marcada pela diminuição das probabilidades da doença, mercê de uma maravilhosa ocupação sanitária que é, sem sombra de dúvida, uma das nossas glórias no Ultramar [39].

A declaração de Ferreira da Silva não considerou as deficiências nos serviços de saúde coloniais, como a falta de recursos humanos e materiais. Em 1963, como exemplos de alguns dos problemas de saúde pública reportados pela OMS nas possessões portuguesas, a malária e as parasitoses intestinais eram frequentes em todas as colônias, a má nutrição associada à dieta alimentar deficiente era sublinhada em Cabo

Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique e a tuberculose incidia com maior frequência em Macau, Timor e Guiné [40]. Para completar, a oferta de médicos era bastante discrepante entre as parcelas que constituíam o não proclamado império colonial português, sendo a proporção de médicos por habitantes em Macau e em São Tomé e Príncipe significativamente mais desafogada que os índices verificados na Guiné, em Moçambique e, principalmente, em Timor, conforme os dados apresentados na tabela 1:

Tabela 1: Relação entre a população total e o número de médicos existentes (na metrópole e nos territórios ultramarinos, em 1963) [37]

	População total	Número de médicos	Relação médico / habitante
Portugal	9.074.400	7.541	1 médico para cada 1.200 habitantes
São Tomé e Príncipe	59.165	18	1 médico para cada 3.300 habitantes
Macau	280.597	75	1 médico para cada 3.800 habitantes
Cabo Verde	224.908	25	1 médico para cada 9.000 habitantes
Angola	5.014.582	391	1 médico para cada 12.825 habitantes
Guiné	523.976	34	1 médico para cada 15.400 habitantes
Moçambique	6.872.496	382	1 médico para cada 18.000 habitantes
Timor	543.224	20	1 médico para cada 27.160 habitantes

A participação de Portugal nos Congressos de 1963 reverberou de formas distintas nos diferentes periódicos voltados à colônia portuguesa no Brasil. A *Voz de Portugal*, hebdomadário vinculado aos interesses do Estado português, na sua edição de 15 de setembro, dedicou quase duas páginas inteiras ao evento, com a apresentação do currículo dos delegados portugueses, incluindo os seus retratos, e uma longa entrevista concedida por Ferreira da Silva. A ampla cobertura dos Congressos pela *Voz de Portugal* contrastou com o silêncio manifesto nas páginas do *Portugal Democrático*, jornal publicado em São Paulo desde 1956 por adversários do regime salazarista e com periodicidade mensal. No entanto, na edição de outubro de 1963, o *Portugal Democrático* divulgou um informe sobre o convite recebido pela delegação portuguesa para se retirar da Conferência das Nações Unidas para o Turismo e as Viagens Internacionais, realizada em Roma entre os dias 21 de agosto e 5 de setembro de 1963:

Os delegados do governo português foram expulsos de mais uma reunião internacional. Desta vez, a expulsão ocorreu numa das primeiras sessões do Congresso Mundial de Turismo, realizado em Roma nos últimos dias do passado mês de agosto.

Por este andar, serão poucas ou nenhuma as organizações e reuniões internacionais em que o governo do ditador terá, dentro em pouco oportunidade de fazer ouvir a sua voz. Este é o grande prestígio internacional de Salazar e do seu governo... [41]

Por que um periódico da colônia portuguesa noticiou um episódio ocorrido num congresso de turismo na Itália e ignorou um congresso de medicina tropical sucedido no Rio de Janeiro, a poucos quilômetros de São Paulo? A resposta talvez esteja no interesse dos editores do *Portugal Democrático* em mostrar aos seus leitores que a intransigência do regime em sustentar a guerra nas colônias contra os movimentos de libertação estava a conduzir Portugal a uma situação de Estado pária na comunidade internacional. Assim, o silêncio do jornal a respeito da participação portuguesa nos Sétimos Congressos de Medicina Tropical e Malária pode revelar a boa acolhida dispensada aos médicos portugueses no Rio de Janeiro.

Apesar da movimentação diplomática do governo brasileiro na época para se distanciar do colonialismo, parte dos médicos brasileiros nutria simpatias pelo exercício da medicina portuguesa em África e alguns deles manifestaram posições de alinhamento com a política ultramarina defendida pelo governo português. Aliás, o Presidente dos Congressos, Rodrigues da Silva, como vimos, procurou garantir a plena participação portuguesa no evento científico. Durante a realização dos Congressos, Fernando Cruz Ferreira, delegado do Instituto de Medicina Tropical, expôs as medidas adotadas pelas autoridades portuguesas no combate à boubá em Angola, Guiné e Moçambique, assentadas na aplicação de doses de penicilina, e sublinhou que tais ações foram processadas com recursos portugueses [42]. Na discussão após a apresentação dos trabalhos, Felipe Nery Guimarães, médico vinculado ao Instituto Oswaldo Cruz e Secretário Geral dos Congressos, agradeceu ao colega lusitano pelo esclarecimento sobre “as campanhas contra a boubá em Portugal” [43]. Por meio de sua intervenção, Guimarães parecia concordar com o argumento mobilizado pelo governo português, ou seja, que os territórios ultramarinos constituíam parte integrante de Portugal. Outro participante dos Congressos, Carlos da Silva Lacaz – professor catedrático de Microbiologia e Imunologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que, em 1959, fundou o Instituto de Medicina Tropical de São Paulo tendo como inspiração o Instituto de Medicina Tropical de Lisboa [44] – escreveu um texto, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* no primeiro domingo após o 25 de Abril de 1974, em que expressou uma visão altruísta e sentimental acerca do exercício da medicina portuguesa em África. Sobre os cuidados prestados por Cruz Ferreira aos pacientes africanos enviados a Lisboa, Lacaz escreveu:

Chamou-nos a atenção, na visita realizada, que todos os pacientes [africanos] eram cumprimentados inicialmente pelo mestre que lhes acariciava o rosto, exprimindo-lhes fé e confiança e que logo após a cura de seus males voltariam à sua terra natal. Muitos deles beijavam as mãos do velho e dedicado professor e, então, eu senti como é bela a nossa profissão quando exercida nesses moldes, com o espírito de humanidade superior que deve sempre presidi-la [45].

Conflitos de interesse

O autor declara que não existem conflitos de interesse relacionados com este artigo.

Notas finais

Este artigo procurou explorar a dimensão do uso político de um congresso de medicina tropical ocorrido no início dos anos 1960 e assim contribuir para a historiografia da medicina tropical e para o eixo temático desta edição dos Anais do IHMT. Os Con-

gressos sediados no Rio de Janeiro não foram os únicos, tampouco os primeiros, em que o exercício da medicina nos quadros ultramarinos foi utilizado como elemento para a projeção do colonialismo português em fóruns internacionais. À vista disso, onze anos antes, em 1952, os portugueses fizeram uso, por exemplo, do 1º Congresso Nacional de Medicina Tropical, realizado em Lisboa, para mostrar ao mundo as contribuições da medicina portuguesa [46]. No entanto, como os Congressos de 1963 ocorreram num contexto de intensas críticas ao colonialismo português e quando o país perdia aliados importantes na arena internacional, interessava às autoridades e aos representantes de Portugal reafirmar a força da medicina e dos serviços de saúde no ultramar para legitimar a continuidade do domínio lusitano em África, Timor e Macau. Assim, a medicina tropical serviu como sustentáculo de um império não admitido. O contacto médico-científico com tropicalistas brasileiros ajudou a promover demonstrações de simpatia no Brasil ao exercício da medicina portuguesa no espaço colonial, apesar da movimentação diplomática para dissociar o Brasil do apoio prestado ao colonialismo português.

Bibliografia

- Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria; Proceedings. General report of the activities. Rio de Janeiro; 1963.
- Edmondson L. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: Mazrui A, Wondji C, editores. História geral da África: África desde 1935. Brasília: Unesco; 2010. p. 1003 – 1051.
- Gfintili AM. Colonialismo. In: Bobbio N, Matteuci N, Pasquino G, editores. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1998. p.181-186.
- Reis BC. As primeiras décadas de Portugal nas Nações Unidas. Um Estado pária contra a norma da descolonização (1956-1974). In: Jerónimo MB, Pinto AC, editores. Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões internacionais. Lisboa: Edições 70; 2014. Posições 4926 – 5831. E-book.
- Gonçalves WS. O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal. Do tratado de amizade ao caso Delgado. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2003.
- United Nations; General Assembly. Plenary meeting 657th. New York; 1957. Available from: <https://digitallibrary.un.org/>
- Castelo C. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Lisboa: Edições Afrontamento; 1999.
- Medina J. Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. Rev. USP. 2000 Mar-Mai; 45: 48-61. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i45p48-61>
- Leme RSCM. Absurdos e milagres: um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; 2011.

- Lobo EML. Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec; 2001.
- Cervo LA, Bueno C. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; 2010.
- Cervo LA, Magalhães JC. Depois das caravelas: relações entre Portugal e Brasil 1808-2000. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 2000.
- United Nations; Security council resolution 180. New York; 1963. Available from: <https://digitallibrary.un.org/>
- Azevedo JF. A vida do Instituto de Medicina Tropical de setembro de 1943 a dezembro de 1944. Fundo Ministério do Ultramar; 1945 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).
- Azevedo JF. O homem nos trópicos. Aspectos bioecológicos. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar; 1964.
- Simpósio luso-brasileiro em Luanda. Revista Médica de Angola. 1963; 4 (15): 3-4.
- Governo Geral de Angola. Pasta Congressos de Medicina Tropical – Instituto de Medicina Tropical, 1958-1966. Fundo Ministério do Ultramar; 14 mai. 1963 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).
- Fonseca BLC. O gabinete dos negócios políticos do ministério do ultramar, o Congo-Léopoldville e Angola (1960-1965) [dissertação]. Braga: Universidade do Minho; 2013.
- Ministério do Ultramar. Gabinete dos Negócios Políticos. Pasta Congressos de Medicina Tropical - Instituto de Medicina Tropical, 1958-1966. Fundo Ministério do Ultramar; 28 jun. 1963 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).

20. Ministério do Ultramar. Direção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar. Pasta Congressos de Medicina Tropical - Instituto de Medicina Tropical, 1958-1966. Fundo Ministério do Ultramar; 23 mai. 1963 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).
21. Ministério do Ultramar. Direção-Geral de Saúde e Assistência do Ultramar. Pasta Congressos de Medicina Tropical - Instituto de Medicina Tropical, 1958-1966. Fundo Ministério do Ultramar; 22 out. 1963 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).
22. Fourth international congresses on tropical medicine and malaria. Proceedings of the fourth international congresses on tropical medicine and malaria. Washington: Department of State; 1948.
23. Azevedo JF. Relatório sobre as atividades do Instituto de Medicina Tropical em 1953. Anais do Instituto de Medicina Tropical. 1954; 11 (1): 165-177.
24. Instituto de Medicina Tropical. Proceedings of the sixth international congresses on tropical medicine and malaria. Lisboa; 1958.
25. Silva, JR. Correspondência enviada para Exmo. Sr. Ministro do Ultramar. Dr. Prof. Adriano José Alves Moreira. Pasta Congressos de Medicina Tropical - Instituto de Medicina Tropical, 1958-1966. Fundo Ministério do Ultramar; 8 fev. 1962 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa).
26. Azevedo JF. Quarta reunião do comité internacional interino organizador dos sétimos congressos internacionais de medicina tropical e malária; 1963. (Arquivo Histórico-Diplomático, Lisboa).
27. Wells J. Imperial medicine in a changing world: the fourth international congresses on tropical medicine and malária, 1948. *Health & History*. 2016; 18 (1): 67-88. Available from: <https://doi.org/10.5401/healthhist.18.1.0067>
28. Abranches P. O instituto de higiene e medicina tropical: um século de história 1902-2002. Lisboa: fundação Calouste Gulbenkian; 2002.
29. Havik PJ. Public health and tropical modernity: the combat against sleeping sickness in Portuguese Guinea, 1945-1975. *Hist. Cien. Saúde – Manguinhos*. 2014; 21 (2): 641-666. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n2/0104-5970-hcsm-S0104-5970-2014-0050-00-01-3.pdf>
30. Tendeiro J. Estudos sobre simulídeos na Guiné portuguesa. Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria. Proceedings. Division A – Tropical medicine. Helminthic and Protozoal Infections; 1963 Set. 1-11; Rio de Janeiro; 1963.
31. Janz GJ, Pires FM, Casaca VMR, Carvalho ACM. Distribuição das parasitoses intestinais em Angola. Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria. Proceedings. Division A – Tropical medicine. Helminthic and Protozoal Infections; 1963 Set. 1-11; Rio de Janeiro; 1963.
32. Ferreira AP. Endemia malárica no Timor português. Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria. Proceedings. Division A – Tropical medicine. Miscellaneous subjects on tropical medicine; 1963 Set. 1-11; Rio de Janeiro; 1963.
33. Varanda J. Cuidados biomédicos de saúde em Angola e na Companhia de Diamantes de Angola, c.1910-1970. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. 2014; 21 (2): 587-608. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000200008>
34. David JHS, Afonso JR. A luta antileprosa no concelho do Chitato. Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria; Abstracts of the papers. Rio de Janeiro; 1963.
35. Gerolamo M, Penna MLF. Os primeiros cinco anos da sétima pandemia de cólera no Brasil. *Informe epidemiológico do SUS*. 1999; 8 (3): 49-58. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S0104-16731999000300003>
36. Pereira AT. Endemicity of cholera (non occurrence of endemic cholera in Macao). Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria. Proceedings. Division A – Tropical medicine. Bacterial, mycotic, viral and rickettsial infections; 1963 Set. 1-11; Rio de Janeiro; 1963.
37. Paulo HHJ. Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo [tese]. Coimbra: Universidade de Coimbra; 1997.
38. Vargas AA. Questões coloniais e identidade imigrante: representações simbólicas e disputas políticas entre portugueses do Rio de Janeiro durante a guerra colonial portuguesa (1961-1962) [dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2019.
39. Silva JF. A situação de Portugal ultramarino no âmbito da medicina tropical e malária é das mais privilegiadas [Entrevista concedida a A. Magalhães]. *Voz de Portugal*, 1963 set. 15.
40. Actas Oficiais de la Organización Mundial de la Salud. Tercer informe sobre la situación sanitaria Mundial, 1961-1964. Ginebra: Organización Mundial de la Salud; 1967.
41. Portugal Democrático. Portugal mais uma vez expulso. Portugal Democrático, 1963 out. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4740539>
42. Ferreira FSC. Boubas nas províncias portuguesas ultramarinas. Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria. Proceedings. Division A – Tropical medicine. Bacterial, mycotic, viral and rickettsial infections; 1963 Set. 1-11; Rio de Janeiro; 1963.
43. Seventh International Congresses on Tropical Medicine and Malaria. Proceedings. Division A – Tropical medicine. Bacterial, mycotic, viral and rickettsial infections. Rio de Janeiro; 1963.
44. Silva ELFM, Mota A. O instituto de medicina tropical de São Paulo: marcas de sua criação, 1940-1959. *Interface (Botucatu)*. 2020; 24: 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200130>.
45. Lacaz CS. Amizade luso-brasileira. Folha de S. Paulo, 1974 abr. 28. 5º caderno/caderno de domingo.
46. Amaral I, Costa I, Duarte J, Doria JL, Lobo R. O 1º Congresso Nacional de Medicina Tropical (Lisboa, 1952) e a “missão civilizadora” de Portugal no mundo. *Anais do IHMT*. 2018; 12: 99-110. Disponível em: <https://doi.org/10.25761/anaisihmt.201>